



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Procuradoria da República no Município de Campina Grande-PB

ANEXO I

ao Edital nº.01/2008

PROGRAMA DO EDITAL PARA SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO

1.- DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Constituição, Conceito. Classificação
2. Norma constitucional. Classificação. Supremacia da Constituição
3. Poder Constituinte. Reforma Constitucional
4. Hermenêutica Constitucional
5. Controle de constitucionalidade. Sistema brasileiro
6. Inconstitucionalidade. Normas constitucionais inconstitucionais
7. Ação Direta de inconstitucionalidade. Ação Direta de Constitucionalidade.
8. Estado Federal .Conceito. Partição de competências.(Repartição)
9. Da Declaração de Direitos Histórico. Teoria jurídica e teoria política. Efetivação dos direitos constitucionais. Normas constitucionais programáticas. Princípios Constitucionais.
- 10.Direitos e Garantias Individuais e Coletivos.
- 11.Princípio de legalidade. Princípio da Isonomia.
- 12.Intervenção Federal nos Estados e Intervenção Estadual nos Municípios.
- 13.Estado . Membro. Poder Constituinte Estadual. Autonomia e limitações.
- 14.Estado Democrático de Direito. Constituição de 1988.
- 15.Dos Municípios.
- 16.Liberdades e garantias constitucionais. Jurisdição constitucional. “Habeas corpus”, “habeas data”, mandado de segurança, mandado de injunção
- 17.Poder Legislativo. Organização. Atribuições. Processo Legislativo. Medida provisória e leis delegadas.
- 18.Poder Executivo.Presidente da República: poder regulamentar.
- 19.União.Competência.
- 20.Nacionalidade brasileira. Condição jurídica do estrangeiro
- 21.Organização dos Poderes: mecanismo de freios e contrapesos
- 22.Administração Pública. Princípios constitucionais.
- 23.Poder judiciário. Organização e Competência.
- 24.Ministério Público: princípios constitucionais.
- 25.Imunidades e incompatibilidades parlamentares. Comissão Parlamentar de Inquérito.
- 26.Orçamento e fiscalização financeira e orçamentária. Tribunal de Contas da União.
- 27.Crimes de responsabilidade do Presidente e Ministros de Estado.

28. Advocacia Geral da União. Defensoria Pública.
29. Segurança e Defesa do Estado Democrático de Direito. Estado de Defesa. Estado de Sítio.
30. Limitações constitucionais ao poder de tributar.
31. Ordem Econômica e Financeira.
32. Intervenção do Estado no domínio econômico.
33. Ordem social: seguridade social: saúde, previdência e assistência social.
34. Educação e Cultura.
35. Meio Ambiente.
36. Interesses difusos e coletivos
37. Direitos e interesses das populações indígenas.

2.- DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. Jurisdição: contenciosa e voluntária.
2. Órgãos da Jurisdição.
3. Ação: conceito e natureza jurídica. Condições da ação. Classificação das ações.
4. Processo. Conceito. Natureza jurídica. Princípios fundamentais. Pressupostos processuais.
5. Procedimento ordinário e sumaríssimo.
6. Competência: absoluta e relativa.
7. Competência Internacional .Homologação de sentença estrangeira. Carta rogatória.
8. Partes. Capacidade e legitimidade. Substituição processual.
9. Litisconsórcio. Assistência. Intervenção de terceiros. Oposição. Nomeação à autoria. Denúnciação da lide e chamamento ao processo. Ação regressiva.
10. Formação. Suspensão e extinção do processo.
11. Petição inicial. Requisitos. Inépcia da petição inicial.
12. Do pedido. Cumulação e espécie de pedido.
13. Dos atos processuais. Do tempo e do lugar dos atos processuais.
14. Da comunicação dos atos processuais. Citação e intimação.
15. Despesas processuais e honorários advocatícios.
16. Resposta do réu: exceção, contestação e reconvenção. Revelia. Efeitos da revelia.
17. Julgamento conforme o estado do processo.
18. Audiência de Instrução e Julgamento.
19. Prova.. Princípios gerais. Ônus da prova.
20. Sentença. Coisa julgada formal e material. Preclusão.
21. Duplo grau de jurisdição. Recursos. Incidente de uniformização de jurisprudência.
22. Reclamação e correição.
23. Ação rescisória
24. Liquidação de sentença. Execução. Regras gerais. Partes. Competência. Responsabilidade patrimonial.
25. Título executivo judicial e extrajudicial.
26. Execução por quantia certa contra devedor solvente e contra devedor insolvente.

27. Execução para entrega de coisa.
28. Execução de obrigação de fazer e de não fazer.
29. Execução contra a Fazenda Pública.
30. Execução fiscal (Lei.nº.6.830, de 22.9.80).
31. Embargo a execução
32. O Ministério Público no Processo Civil.
33. Controle de constitucionalidade. Ação direta de inconstitucionalidade. Ação declaratória de constitucionalidade.
34. Ação Popular e ação civil pública.
35. Mandado de Segurança.
36. Mandado de Injunção.
37. "Habeas data"
38. Ação declaratória. Declaratória incidental.
39. Ação discriminatória
40. Ação de Usucapião
41. Ação de consignação em pagamento.
42. Ação de despejo e renovatória.
43. Ação de desapropriação
44. Ações possessórias.
45. Embargos de terceiros
46. Ação civil originária nos tribunais
47. Medidas cautelares
48. Ação monitória.

3.- DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. Processo penal princípios.
2. Sistemas acusatório, inquisitório e misto
3. Princípios constitucionais pertinentes ao processo penal.
4. Inquérito Policial.
5. Ação Penal: princípios.
6. Ação Penal Pública.
7. Ação penal privada
8. Perdão, renúncia, perempção, decadência, prescrição.
9. Organização judiciária penal.
10. Jurisdição e competência: Repartição constitucional.
11. Espécies de competência.
12. Competência da Justiça Federal.
13. Questões prejudiciais.
14. Exceções processuais. Exceção da verdade.

15. Incompatibilidade e impedimento do Juiz. Extensão.
16. Restituição das coisas apreendidas. Perdimento de bens.
17. As medidas assecuratórias.
18. Incidente de falsidade. Insanidade mental do acusado.
19. Provas: princípios gerais. Prova pericial.
20. Confissão e interrogatório do acusado.
21. Prova documental.
22. Prova testemunhal. Acareação.
23. Indícios
24. Busca e apreensão
25. Juiz. Ministério Público. Assistente.
26. Acusado e defensor.
27. Serventuário da justiça. Peritos e intérpretes.
28. Prisão provisória. Prisão temporária.
29. Liberdade provisória.
30. Citação, notificação e intimação.
31. Sentença.
32. Procedimento comum.
33. Procedimento sumário.
34. Procedimento relativo aos crimes de competência do Tribunal de Júri.
35. Procedimento relativo aos crimes, responsabilidade dos funcionários públicos.
36. Procedimento relativo aos crimes falimentares e contra a propriedade intelectual e material.
37. Procedimento relativo aos crimes de competência originária dos Tribunais.
38. Nulidades.
39. Dos recursos em geral.
40. Recurso em sentido estrito.
41. Apelação.
42. Protesto por novo júri.
43. Embargos de declaração, infringentes e de divergência.
44. Revisão criminal.
45. Carta testemunhável.
46. Recurso especial. Recurso extraordinário.
47. Extradicação.
48. Habeas corpus. Mandado de segurança em matéria penal.
49. Execução das penas privativas de liberdade.
50. Execução da pena de multa.
51. Suspensão condicional da pena.
52. Execução das penas. Restritivas de direito.

53. Execução das medidas de segurança.
54. Incidente de execução. Anistia e indulto.
55. Lei de enriquecimento ilícito.
56. Atos processual: prazos e sanções. Audiências: lugar e forma processuais de realização.
57. Procedimento relativo aos crimes de Imprensa.
58. Suspensão condicional do processo.

4. - DIREITO PENAL

1. Aplicação da Lei Penal no tempo.
2. Aplicação da Lei Penal no espaço.
3. Eficácia da sentença estrangeira
4. Crime e Contravenção: Conceito
5. Relação de causalidade
6. Crime: Classificações
7. Desistência voluntária e Arrependimento.
8. Tentativa. Crime impossível
9. Erro no Direito Penal
10. Coação irresistível e obediência hierárquica
11. Exclusão de ilicitude. Excludentes supralegais.
12. Imputabilidade penal.
13. Concurso de pessoas.
14. Penas: espécies.
15. Cominação e aplicação das penas.
16. Concurso de crimes.
17. Crime continuado.
18. Erro na execução. Resultado diverso do pretendido.
19. Suspensão condicional da pena. Revogação.
20. Efeitos da condenação
21. Reabilitação
22. Medidas de Segurança
23. Extinção da punibilidade: causas e prazos. Prescrição
24. Perdão judicial. Escusa absolutória.
25. Tipicidade penal.
26. Antijuridicidade penal.
27. Culpabilidade penal.
28. Conflito aparente de normas
29. Crimes contra a vida
30. Lesões corporais. Periclitación da vida e da saúde. Rixa.
31. Crimes contra a honra.

32. Crimes contra a liberdade pessoal.
33. Crimes contra a inviolabilidade do domicílio, de correspondência e dos segredos.
34. Crimes contra o patrimônio, furto, roubo e extorsão.
35. Crimes contra o patrimônio, apropriação indébita, estelionato e outras fraudes.
36. Crimes contra a organização do trabalho.
37. Crimes contra os costumes.
38. Crimes contra a incolumidade pública.
39. Crimes contra a paz pública.
40. Crimes contra a fé pública
41. Crimes contra a Administração Pública, praticados por funcionário público contra a Administração em geral.
42. Crimes contra a Administração Pública praticados por particular contra a Administração em geral.
43. Crimes contra a Administração da Justiça
44. Crimes de abuso de autoridade.
45. Crimes contra a fauna.
46. Crimes contra a flora e o meio ambiente.
47. Crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo.
48. Crimes contra o sistema financeiro nacional.
49. Crimes de tráfico ilícito e uso indevido de substância entorpecentes.
50. Extradicação.
51. Crimes de imprensa.
52. Crimes contra a previdência social.
53. Crimes contra os índios. Genocídio. Crimes hediondos.
54. Crimes resultantes de preconceito de raça e de cor.
55. Crimes de responsabilidade.
56. Crimes políticos.
57. Crimes contra o patrimônio. Usurpação; dano.

5. - DIREITO CIVIL

1. Lei .Vigência. Aplicação da lei no tempo e no espaço.
2. Integração e interpretação da lei.
3. Lei de Introdução ao Código Civil.
4. Das pessoas naturais e jurídicas. Personalidade. Capacidade.
5. Do domicílio Civil.
6. Dos bens e Espécies. Das coisas fora do comércio. Do bem da família.
7. Dos fatos jurídicos. Atos jurídicos. Negócios jurídicos Requisitos.
8. Defeitos dos atos jurídicos.
9. Modalidades dos atos jurídicos.
10. Forma e prova dos atos jurídicos.

11. Nulidade e anulabilidade dos atos jurídicos.
12. Dos atos ilícitos.
13. Prescrição e decadência.
14. Da posse. Classificação. Aquisição. Efeitos . Perda.
15. Proteção possessória.
16. Da propriedade móvel e imóvel. Aquisição e perda.
17. Usucapião. Usucapião especial.
18. Direitos de vizinhança.
19. Do condomínio.
20. Direitos reais sobre coisas alheias.
21. Direitos reais de garantia.
22. Das obrigações. Modalidades.
23. Cláusula penal.
24. Extinção das obrigações sem pagamento.
25. Extinção das obrigações com pagamento.
26. Inexecução das obrigações. Perdas e danos.
27. Dos juros legais.
28. Da cessão de crédito.
29. Dos contratos. Noções gerais. Teoria da imprevisão.
30. Das arras
31. Evicção e vícios redibitórios.
32. Da compra e venda. Compromisso de compra e venda.
33. Da troca e da doação
34. Da locação de coisas e serviços. Da empreitada.
35. Mútuo e comodato. Do depósito.
36. Mandato e gestão de negócios
37. Sociedade. Arrendamento rural e parceria agrícola, pecuária, agro-industrial e extrativa.
38. Seguro. Fiança.
39. Obrigações por declaração unilateral de vontade. Liquidação das obrigações.
40. Das obrigações por atos ilícitos.
41. Do concurso de credores.
42. Responsabilidade civil, inclusive por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor e a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico e paisagístico.
43. Alienação fiduciária em garantia.
44. Correção monetária

6.- DIREITO ADMINISTRATIVO

1. Direito Administrativo. Conceito. Diferentes critérios de conceituação. Objeto do Direito Administrativo. Administração Pública: Conceito.

2. Fontes do Direito Administrativo. Lei formal. Lei material. Regulamentos.
3. Relação jurídico- administrativa. Personalidade de Direito Público.
4. Órgão administrativo. Concepções. Classificação.
5. Competência administrativa: conceito, distribuição, evocação e delegação.
6. Hierarquia. Poder hierárquico e suas manifestações.
7. Centralização e descentralização da atividade administrativa. Administração Pública direta e indireta. Concentração e desconcentração da atividade administrativa.
8. Autarquia. Fundação Pública. Empresa pública, sociedades de economia mista. Entidades paraestatais em geral.
9. Fatos da Administração Pública: atos da Administração e fatos administrativos. Ato administrativo: formação, elementos, validade, eficácia e auto-executoriedade. Classificações de atos administrativos. Vinculação e discricionariedade do ato administrativo. Pressupostos de existência e validade do ato administrativo. Procedimento administrativo. Atos administrativos inexistentes, nulos e anuláveis. Revogação do ato administrativo
10. Contrato administrativo: conceito, características. Alterações do contrato administrativo. Extinção do contrato administrativo. “Exceptio non adimpleti contractus”. Prazo de execução dos contratos. Prorrogação dos contratos. Formalidades. Eficácia. Sanções por descumprimento dos contratos. Cláusula “rebus sic stantibus”. Teoria da imprevisão. Teoria do fato do príncipe.
11. Licitação: conceito, modalidade e procedimentos. Dispensa de licitação. Inexigibilidade da licitação.
12. Serviço público. Conceito, caracteres jurídicos, classificação e garantias. O usuário do serviço público. Concessão de serviço público. Autorização e permissão. Intervenção no domínio econômico. Atividades privadas sob regime especial. Monopólios.
13. Poder de polícia: conceito, polícia judiciária e administrativa; as liberdades públicas e o poder de polícia. Setores de atuação. Discricionariedade do poder de polícia. Limitações administrativas e servidões: distinção.
14. Bens públicos. Conceito. Destinação. Afetação e desafetação. Regime Jurídico. Natureza. Formas de aquisição e alienação. Formas de utilização dos bens públicos pelos administrados.
15. Limitações administrativas. Servidões administrativas. Zoneamento, Polícia edilícia. Zonas fortificadas e de fronteiras. Florestas. Tombamento. Requisição da propriedade privada. Ocupação temporária.
16. A desapropriação por utilidade pública: conceito, fundamento, procedimento administrativo e judicial. A indenização. Desapropriação por zona. Direito de extensão. Retrocessão. Desapropriação indireta. Desapropriação por interesse social. Desapropriação para fins de reforma agrária.
17. Controle da Administração Pública. Controle jurisdicional da Administração Pública. Controle interno e externo. Controle da atividade financeira do Estado. O Tribunal de Contas da União e suas atribuições.
18. Servidores Públicos. Agentes Públicos. Classificações. Cargos, empregos públicos e funções. Regime jurídico dos servidores públicos na Constituição de 88. Natureza do vínculo administrativo entre titulares de cargos, empregos e funções e a Administração.

19. Responsabilidade patrimonial do Estado por atos da Administração no direito brasileiro. Teorias subjetivas e objetivas da responsabilidade patrimonial do Estado. Conduta lesiva ensejadora da responsabilidade: ação e omissão do Estado. Dano indenizável. Excludentes de responsabilidade. Evolução da jurisprudência no tocante ao tema.

Campina Grande(PB), 07 de abril de 2008

VICTOR CARVALHO VEGGI
Procurador da República